

Universidade Federal Fluminense – UFF
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – ICHF
Departamento de Filosofia – GFL
Disciplina: “Epistemologia I”
Professor: Carlos Diógenes C. Tourinho

1º Semestre de 2015 – Quinta-feira / 09:00hrs às 13:00 hrs.

Descrição: De Descartes a Kant deparamo-nos com uma linha de investigação acerca da questão do sujeito no Mundo Moderno. Afinal, a certeza do pensamento implica também na certeza da existência de um “eu pensante” (nos termos de Descartes, de uma coisa que afirma, que nega, que duvida, etc.). O que parece ser uma evidência para Descartes (e, até mesmo, para Locke) é, para Hume, uma “idéia fictícia” forjada pela própria mente através da força do hábito. Ao denunciar uma espécie de “desalinhamento” entre a autoridade da experiência e o que a mente é levada a projetar, pelo hábito, sobre a realidade, o empirismo de Hume nos conduz, inevitavelmente, a um tipo de ceticismo em relação ao conhecimento. Tal ceticismo colocaria em questão o próprio estatuto do salto inferencial da indução, procedimento metodológico defendido pela tradição do empirismo inglês desde as origens do pensamento moderno. Ao responder a crítica de Hume ao “princípio de identidade pessoal”, Kant anuncia-nos uma ampliação do conceito leibniziano de “apercepção”, da qual decorre a aceitação de uma “auto-consciência empírica” referente a um sujeito psicológico (submetido a mudanças e inconstâncias) e uma “auto-consciência transcendental” referente a um sujeito transcendental (um “eu penso” permanente, anterior a todas as nossas representações e que não poderia ser precedido por nenhuma outra representação, não podendo também ser tomado em termos de dados empíricos). Kant encontra neste “eu penso aperceptivo” o fundamento do processo de síntese do qual resultaria o legítimo conhecimento. A ideia de uma auto-consciência transcendental permitiria a Kant ir além do *eu penso* cartesiano (na medida em que vetaria a conversão deste eu puro em “substância”) e, superaria, ao mesmo tempo, a crítica de Hume ao princípio de identidade pessoal, uma vez que tal crítica recairia sobre o eu empírico, mas não atingiria o sujeito transcendental.

Programa: 1. O alcance intuitivo da certeza do *cogito* e a existência da “*res cogitans*” em Descartes; 2. Consciência e identidade pessoal em John Locke; 3. As percepções da mente em Hume: sobre a distinção entre impressões e ideias; 4. A autoridade da experiência, a força do hábito e a produção de “ideias fictícias” na mente; 5. A crítica de Hume ao princípio de Identidade Pessoal: o eu como um “feixe de impressões”; 6. O conceito leibniziano de “apercepção”; 7. A ampliação do conceito de apercepção e a ideia de “sujeito transcendental” em Kant; 8. O papel da apercepção transcendental no processo de síntese e a especificidade do eu penso aperceptivo; 9. O *cogito* em Descartes e em Kant (o veto kantiano à conversão do eu penso em “substância”); 10. A superação kantiana da crítica de Hume ao princípio de identidade pessoal.

Bibliografia:

1. Descartes, R. *Meditações Cartesianas*. São Paulo: Martins Fontes, 2011
2. Locke, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Martins Fontes,
3. Hume, D. *Tratado da Natureza Humana*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
4. Kant, I. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.